



Os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisas¹

Hérica Lene²

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão sobre os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisa. Trata-se de uma abordagem inicial sobre esse objeto, realizada a partir de levantamento bibliográfico e entrevistas. Ela se justifica pelo fato de que os meios de comunicação vêm sendo cada vez mais utilizados em pesquisas históricas, principalmente naquelas cujos recortes temporais enfocam o século XX. Integra as discussões teóricas de um projeto de pesquisa sobre História da imprensa e que tem como um de seus objetivos a criação do *Centro Virtual de Memória e História da Imprensa Capixaba*, um banco de dados on-line com arquivos de artigos produzidos sobre o tema, entrevistas, reproduções de edições dos periódicos e outros materiais relacionados à proposta.

Palavras-chave: Ciências da Comunicação, Memória, História, Imprensa, Ciência da Informação

Introdução

É tarefa salutar de muitos pesquisadores de Comunicação e de outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas a consulta em arquivos de jornais em busca de informações e respostas para suas questões de pesquisa.

Precursor de todas as modalidades jornalísticas, o jornal impresso desempenhou um importante papel na constituição de um modelo de sociabilidade que compartilhamos atualmente, quando vivenciamos um regime dramaticamente depende dos conteúdos da mídia.

No final do século XX, não faltaram previsões sobre o fim do jornal impresso em função da consolidação do paradigma digital e do crescimento da internet como suporte para o jornalismo veiculado na web. De qualquer forma, com a permanência ou não do jornalismo no suporte papel no futuro, os jornais impressos são importantes fontes históricas e de informação para e sobre a sociedade. Seus arquivos³ acabam se configurando como importantes lugares de memória a serem revisitados por pesquisadores.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Comunicação pela UFF e professora do Departamento de Ciência da Informação (Arquivologia) da UFES. E-mail: hericalene@yahoo.com.br

³ Adota-se o conceito de arquivo como o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes (ARQUIVO NACIONAL, 2004).



Pensar a utilização do jornal impresso como fonte de informação para pesquisas instiga questionamentos. Afinal, se os jornais têm uma produção marcada pela pressão do tempo e o noticiário é produzido no curso de um dia, com uma série de filtros (escolhas dos assuntos/acontecimentos a serem cobertos pela equipe de reportagem e divulgados no jornal; *gatekeepers*⁴; espaço disponível para impressão; escolha das fontes de informação pelos jornalistas), como podem ser utilizados como fontes seguras de informação para o registro posterior da História?

A predominância da utilização de fontes de informação ligadas ao poder (as chamadas oficiais) não tornam o jornal uma fonte de informação parcial para o registro da História? E como o pesquisador utiliza o material de arquivo de jornais? Este artigo parte destas questões, que integram o projeto de pesquisa “Memória e História da Imprensa Capixaba”.⁵

Esta reflexão será feita, principalmente, a partir de levantamento bibliográfico e de entrevistas feitas com pesquisadores. O artigo está dividido em duas partes: uma trata das interfaces entre Jornalismo, História e Memória; e a outra aborda os jornais como lugares de memória e como fontes de pesquisa.

1. Jornalismo, Memória e História

Como podemos refletir sobre os jornais do ponto de vista da memória? E que intersecções perpassam os campos do Jornalismo, da Memória e da História? Nesta seção, tomamos como base artigos feitos pelas pesquisadoras Ana Paula Goulart e Marialva Barbosa, que debatem essas intersecções há algum tempo.

Começaremos com o campo da História. Ribeiro (2003, p.87) destaca que a tendência do senso comum, assim como a dos dicionários e de alguns livros didáticos, é pensar a História como *a ciência que estuda os fatos do passado*. Entretanto, ela não estuda todos os fatos ocorridos no passado, mas apenas os fatos históricos, que são sempre produto de algum tipo de elaboração teórica que o promove à categoria de histórico.

Mais do que a *ciência que estuda os fatos do passado* ou a *ciência que estuda os fatos históricos*, a História deve ser definida como a *ciência que estuda o processo de*

⁴ O termo *gatekeeper* (selecionador), aplicado ao jornalismo, significa: ação de selecionar as notícias. A pesquisa sobre os *gatekeepers* foi elaborada por Kurt Lewin em 1947. Ao explicar as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, percebeu-se que, na seleção e na filtragem das notícias, o conjunto de valores, as normas organizativas e profissionais demonstram ser mais significantes do que as preferências pessoais do *gatekeeper*. A decisão é tomada a partir de um conjunto de valores que incluem critérios profissionais e organizativos (WOLF, 1994, p.180-183).

⁵ O projeto de pesquisa, iniciado em julho de 2010, inclui a criação do *Centro Virtual de Memória e História da Imprensa Capixaba*, um banco de dados on-line com arquivos de artigos produzidos sobre o tema, entrevistas (em áudio e escritas), reproduções de edições dos periódicos e outros materiais relacionados.



transformação da realidade social. A partir da idéia de mudança, a História pode mostrar as diferenças entre *o que foi* e *o que é*, simbolizando os limites e demarcando as fronteiras entre o passado e o presente. É o que permite, inclusive, falar em uma história do vivido, quando as mudanças localizadas na atualidade apontam para o futuro - algo que já está quase deixando de ser *o que é* para ser tornar *o que será* (RIBEIRO, 2003, p.93).

A autora destaca que a História sempre teve um papel central no trabalho de constituição e de formalização da memória social. Desde a época dos cronistas medievais (membros do clero contratados pelas casas reais para escrever suas histórias) até a das produções historiográficas propriamente ditas (que se realizaram, a partir do século XIX, no âmbito das universidades), a História sempre manteve uma certa cumplicidade com o discurso do poder (FONTES, 1994, citado por RIBEIRO, *ibid.*, p.95), o que nos permite caracterizá-la como uma memória de caráter oficial.

O comprometimento direto da História com o poder de Estado manteve-se até o início do século XIX, quando, sob a influência do positivismo, o relato histórico deixou de confundir-se com mera genealogia. Mas demorou ainda um bom tempo para que a História reduzisse os contatos com o mundo do poder. Foi somente no século XX (mais especificamente depois da década de 1930) que, sob a influência do marxismo e da Escola dos Annales, ela procurou práticas mais autônomas.

A História exerceu o papel central na constituição e formalização da memória oficial, sobretudo porque sempre se apresentou (e conseguiu se legitimar) como o principal discurso semantizador das ações e das transformações da realidade social (RIBEIRO, 2003, p. 96-97).

Paul Ricouer (2001, p.374-375) lembra que a História só nos atinge através das modificações que impõe à memória, pois a primeira relação com o passado se dá através dessa abertura fundamental. Sem memória não há passado e a operação que assegura a transição da memória à História é o testemunho. Através do testemunho as coisas vistas se transferem para o plano das coisas ditas.

Pierre Nora (1989) vai dizer que memória é experiência vivida, configurada pela dialética lembrança e esquecimento, lugares de disputas, conflitos, na busca incessante por sentidos coerentes e unívocos. A História, por outro lado, é permanente reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais; operação intelectual que exige interpretações, análises, crítica, que aponta para as diferenças, tensões e interditos.



Marialva Barbosa (2005a) ressalta que memória é um conceito tecido nas disputas e diálogos com que inúmeros autores, desde o século XIX, tentam dar conta da complexa teorização em torno de uma problemática importante para diversos campos do conhecimento. “História, por outro lado, define-se por ser um campo de conhecimento, uma disciplina, uma prática, uma escrita. Uma escrita com função simbolizadora que permite a sociedade situar-se, abrindo espaço para o próprio passado” (*ibid.*, p.107).

Falar em memória é, pois, se referir a quatro postulados fundamentais: “memória é ação do presente; enseja necessariamente a idéia de disputas por significações; é produto da dialética lembrar e esquecer, sendo, portanto, lugar de escolhas; e, finalmente, é projeto em direção a um futuro desejado” (*ibid.*).

Inúmeros autores se ocuparam nos últimos 100 anos em tecer esse conceito: desde os estudos pioneiros de Freud, passando pela conceituação de Bérghson; a percepção de memória na sua dimensão social realizada por Maurice Halbwachs; sem falar em outros pesquisadores que mais recentemente não deixaram de se referir à memória, acrescentando outros postulados fundamentais, com destaque para a obra de Pierre Nora e seu conceito de “lugares de memória”; os estudos de Michel Pollack; as aproximações entre memória e identidade, realizadas por Gérard Namer e Jöel Candau; as reflexões em torno da relação memória e poder, das memórias silenciadas e esquecidas em contraposição às memórias publicizadas e oficializadas, realizadas por Jacques Le Goff, Georges Duby e Andréas Huyssen, entre tantos outros (*ibid.*).

O trabalho de Halbwachs (1990) é clássico nesse sentido. Ele diz que as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, se originam na sociedade. Os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam.

Pensada a partir da perspectiva de Halbwachs, a memória é um instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir das demandas do presente. Apesar de termos a impressão de que a lembrança é uma linear repetição do passado, mudanças são constantemente geradas por contextos sociais diversos, que associam e selecionam o passado para preencher o presente de sentido e configurar o futuro.

A memória está interligada diretamente às identidades sociais. As identidades – como demonstrou Pollak (1989) – se edificam a partir de determinadas visões do passado, que funcionam como referência comum para um determinado grupo e fornecem coerência, no tempo, aos seus quadros de representação simbólica. A memória é um processo de



ordenamento, de produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Fatos e aspectos do passado são recordados e enfatizados a partir da relevância que eles têm para os indivíduos que recordam pela sua contribuição na construção da identidade e das relações pessoais.

Pollak (1992, p. 200-215) distingue dois tipos de memória, aquela relacionada a “acontecimentos vividos pessoalmente” e outra ligada a fatos “vividos pela coletividade”. Este segundo tipo de memória não remete necessariamente a fatos presenciados diretamente pelos sujeitos, apesar de fazerem igualmente parte das suas experiências.

O ponto de partida de qualquer ato mnemônico é o presente. A memória, por ser essencialmente discurso, é sempre contextual e dialógica. A sua organização está ligada a processos de seleção e enquadramento, resultantes de conflitos e negociações que os sujeitos travam em situações sociais concretas.

No caso da memória individual, o trabalho de enquadramento está relacionado a manipulações conscientes e inconscientes dos afetos, dos desejos, dos medos, das inibições. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas e as negociações de grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos.

Como nos lembra Barbosa (2005a, p.108), toda a conceituação realizada em torno da questão da memória se configura extremamente importante para os pesquisadores da comunicação. Não apenas porque a mídia trabalha quotidianamente com a dialética fundamental da memória, lembrança e esquecimento. Ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, os meios de comunicação reconstróem de maneira seletiva o presente, contribuindo hoje para a História desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido.

Como agem os meios de comunicação nesse sentido? Retendo assuntos que, em princípio, guardariam alguma identificação com o leitor, selecionam o mundo a partir de critérios subjetivos, classificando-o para seu público. Desorganizando a realidade e apresentando o mundo como um amontoado de fatos desconexos, sem nenhuma lógica racional interna, colocam lado a lado, crimes, ganhadores de prêmios milionários, espetáculos populares, jogos inesquecíveis, disputas políticas e as turbulências do mercado econômico. Ao selecionar fatos para os leitores, em detrimento de outros que passam à categoria do esquecimento, dão ao público a impressão de que ele participa daquele mundo.



Ainda de acordo com Barbosa (2005a, p.108-109), ao produzir o acontecimento como ruptura algo que emerge na duração – a partir de um modelo de normalidade ou anormalidade considerado a priori –, os meios de comunicação tornam-se espécies de “senhores da memória” da sociedade, sendo detentores do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Ao legitimar o acontecimento, divulgando-o e tirando-o de zonas de sombras e de silêncio, impõem uma visão de mundo que atua outorgando poder.

Para isso é dado aos jornalistas, como produtores de discursos, o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença, sendo considerados produtores de um discurso credível. Suas palavras são aceitas como verdadeiras. E se a igreja, o Estado, a ciência puderam ao longo de séculos falar do passado, sendo seus discursos considerados críveis, aos jornalistas hoje é dado o estatuto de produção do discurso do presente acreditado como verídico.

O relato jornalístico, destaca a autora (*ibid.*, p.109), é revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção. Quando se descobre que um relato foi inventado, a notícia assume a proporção de um verdadeiro escândalo. Não existe possibilidade de invenção da realidade no mundo do jornalismo, em função de ser atribuída aos produtores desse discurso à outorga de poder realizar, somente, um discurso tido como verídico.

Ribeiro e Brasiliense (2007, p.222) acrescentam que é interessante pensar que a maior parte dos chamados *fatos da atualidade*, aqueles que adquirem relevância social a ponto de se tornar *fatos jornalísticos*, são vividos por grande parte da população “por tabela”. Raramente os leitores, ouvintes e telespectadores podem verificar *in loco* a veracidade dos acontecimentos relatados. E, ainda que se critiquem os meios de comunicação e que se coloque em xeque a sua objetividade na cobertura dos fatos, os discursos jornalísticos são investidos de credibilidade e inegável poder simbólico. Parte-se sempre do pressuposto de que o que se lê, se ouve ou se vê é o que efetivamente aconteceu.

O discurso da mídia constrói e reconstrói continuamente (através de suas imagens, palavras e sons) a realidade social desse acontecimento, fornecendo aos sujeitos categorias de percepção, inteligibilidade e interpretação.

A credibilidade que se presume constar nos relatos jornalísticos acaba ajudando na legitimação dos jornais como fontes de informação para a construção da História.



2. Fatos jornalísticos ou históricos?

Qual a importância dos jornais como fontes de pesquisa? Em que sentido eles funcionam como lugares de memória? Ribeiro (2003, p.97) destaca que os meios de comunicação foram ganhando importância no século XX como fontes de pesquisa.

A História foi perdendo o papel central de constituição e formalização da memória oficial com a inserção das tecnologias da comunicação no tecido das sociedades industriais. Hoje, cada vez mais, são os meios de comunicação o locus principal em que se realiza o trabalho sobre as representações sociais. “A mídia é o principal lugar de memória e/ou de História das sociedades contemporâneas” (*ibid.*).

Ela explica que se os fatos históricos sempre resultaram dos investimentos semiológicos realizados pela ciência histórica, nas sociedades contemporâneas isso mudou, pois a produção de significado das transformações do social, realiza-se, hoje, principalmente, através das operações linguísticas e translinguísticas da mídia, sobretudo no âmbito do discurso jornalístico. Sobre isso, complementa:

Os meios de comunicação, no século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. A História passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa, que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância (RIBEIRO, 2003, p.97).

O *fato jornalístico* passa a assemelhar-se ao *fato histórico* como este havia sido definido pela historiografia positivista. Localizado em tempo e um espaço determinados, o fato é marcado pela unicidade. O acontecimento único revela-se, então, como o fator da transformação social, como o motor da História (*ibid.*, p.99).

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma idéia de História, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo.

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa “aura”. “O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra e as deixa como legado às sociedades futuras. A mídia é a *testemunha ocular da História*” (RIBEIRO, 2003, p.100).



O discurso jornalístico semantiza os acontecimentos e os fatos sociais, produzindo uma idéia de História que se articula em dois níveis temporais: naquele que relaciona o homem com as transformações do seu próprio cotidiano (a atualidade) e naquele mais geral, da sua relação com o passado. A idéia de História resultante do primeiro nível define-se, no senso comum, pela consciência que os indivíduos têm do processo social no qual estão inseridos. É a chamada história vivida, registrada cotidianamente nos jornais. Mas a mensagem jornalística, quando considerada como o registro histórico por excelência, acaba por também impor aos historiadores um modo de recordação do passado. Os meios de comunicação, destaca Ribeiro (2003, p.101), não à toa, têm sido cada vez mais utilizados em pesquisas históricas, principalmente naquelas cujos recortes temporais enfocam o século XX.

Barbosa (2000, p. 144) lembra que, criando diariamente grandes acontecimentos, verdadeiros lugares de memória, os jornais, ao selecionar, ao destacar ou ao relegar fatos ao esquecimento, operam uma seleção, no qual se valoriza aspectos e temas, em detrimento de outros.

Tomando o conceito de lugares de memória de Pierre Nora (1989), portanto, os consideramos como locais onde as pessoas (ou uma sociedade) podem ancorar sua memória. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, atas, porque essas operações não são naturais” (*ibid.*, p.13).

Nora afirma que à medida que desaparece a memória tradicional, sentimo-nos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis do que passou. Um lugar de memória tem três aspectos: material, simbólico e funcional. E só pode ser considerado um lugar de memória se for objeto de um ritual.

Regina Maria dos Santos (2002, p.74), ao fazer uma abordagem sobre o jornal como lugar de memória, a memória coletiva e a aceleração do tempo, conclui que o jornal serve ao historiador não apenas como cristizador de uma memória nacional, mas onde se pode perceber as dimensões do vivido, que se manifestam a partir de sua forma e de seu conteúdo. Seja através dos textos, como as crônicas, ou romances-folhetins; ou das fotografias. E seu suporte é hoje desmaterializado, permitindo se compactar em um simples CD-Rom os 365 exemplares do ano.



2.1 A pesquisa em jornais⁶

O campo de estudos da Comunicação (principalmente o jornalismo) tem com a História profunda ligação. Os historiadores recorrem a jornais para elaborar suas narrativas e jornalistas utilizam o conhecimento histórico. Mas de que forma os jornais são utilizados como fontes de pesquisa?

No campo da Comunicação é freqüente o pesquisador ter como foco a pesquisa sobre os próprios jornais, que funcionam muitas vezes simultaneamente como fontes primárias, fornecendo dados históricos, e como objeto de estudo sobre o jornalismo.

Na História, a utilização como fonte recorrente vem crescendo. Ribeiro (2003, p. 105) registra que os meios de comunicação vêm sendo cada vez mais utilizados pelos próprios historiadores, senão como a principal fonte de suas pesquisas, pelo menos como uma delas. Ela cita como exemplo um levantamento feito no total de trabalhos apresentados no I Encontro Nacional de Pós-graduados em História, realizado em abril de 1995 na Universidade Federal Fluminense, 181 (todas dissertações e teses em andamento) apresentavam recorte temporal que se estendia ao século XX. Destes, 131 (mais de 70% portanto) utilizavam meios de comunicação (sobretudo jornais) como fonte primária.

Ela coloca que o resgate do jornalismo como fontes históricas deve-se à mudança do estatuto do fato histórico. Quando se admite que ele é produzido e não dado, o mais importante deixa de ser o fato “em si” e passa a ser a forma pela qual os sujeitos tomam consciência dele e o relatam, assumindo certas posições.

A colocação de Ribeiro vai ao encontro do que diz Tania Regina de Luca (2006, p.111) em uma abordagem interessante sobre o uso de jornais e revistas como fontes para o conhecimento da História do Brasil. Ela registra que, na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos de que se valia desse tipo de fontes. Nessa época, relutava-se em mobilizar os periódicos para “a escrita da História por meio da imprensa”.

⁶ Esta subseção foi escrita em co-autoria com as estudantes do curso de Arquivologia da UFES, Elayne Ortolan Altoé e Liezete Suela Sarmiento, em função de utilizar dados de um levantamento que ambas realizaram, em junho de 2010, como um trabalho final da disciplina de Memória e História da Imprensa Capixaba, ministrada pela autora deste artigo. A metodologia foi aplicação de um questionário semi-estruturado em uma pequena amostra de 14 pesquisadores (três mestres, um mestrando, um especialista, cinco graduados e quatro graduandos). Foram abordados também aspectos arquivísticos como preservação, conservação, métodos de busca, os suportes, as dificuldades encontradas e ainda a satisfação do pesquisador com o acesso aos jornais.



Isso ocorreria pelo fato de que havia certa tradição dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca de verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos. O historiador, para trazer luz ao acontecido, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para o qual o especialista deveria estar atento.

Nesse contexto, destaca a autora, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob influxo de interesses e compromissos.

A crítica a essa concepção, realizada na década de 1930, pela chama Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa. Isso vai ocorrer com o movimento de alargamento do campo de preocupação dos historiadores e renovação temática, sobretudo nas décadas finais do século XX.

Luca (2006, p.118) coloca que o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. A autora faz uma análise desse percurso por meio de dissertações e publicações da época.⁷

Os jornais têm sido fontes importantes de pesquisa em outras áreas das Ciências Humanas e das Sociais Aplicadas. Um levantamento sobre como pesquisadores utilizam os jornais como fontes, realizado no primeiro semestre deste ano, mostra o interesse por esse tipo de material para a coleta de informações. Foram entrevistados pesquisadores de áreas como História, Arquivologia, Biblioteconomia, Artes Visuais, Ciências Sociais e Direito. O resultado mostrou que o jornal é uma fonte de informação importante para todas essas áreas.

De acordo com os entrevistados, a opção pelo jornal como fonte se deve a fatores como: tratar da História recente e conter informações atualizadas; por ser a única fonte disponível no momento da pesquisa ou por não ter outra fonte sobre o assunto estudado. Quanto ao suporte físico utilizado, os pesquisadores tiveram acesso a jornais microfilmados, em papel e no meio on-line. Eles buscaram o material empírico em locais como o Arquivo Público do Espírito Santo, em bibliotecas públicas, nos arquivos

⁷ Cf. LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. Editoria Contexto, 2006, p. 111-153.

dos jornais capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna e Folha de S.Paulo*; por meio de compra em bancas (para o caso de estudos sobre temas atuais) e pesquisa nos sites dos periódicos.

O levantamento mostrou que os jornais foram procurados como fontes sobre um assunto específico e também como fontes de dados históricos, mas predomina a utilização para pesquisa de temas específicos (*Ver Ilustração 1*).

Os pesquisadores utilizam o jornal como uma das fontes de pesquisa e não como única fonte (*Ver Ilustração 2*). Uma das respostas, por exemplo, foi: “utilizar uma única fonte é um perigo e pode terminar em anacronismo pelo historiador, principalmente porque o jornal é uma fonte oficial, que apresenta a notícia com o interesse do seu produtor”. Outras fontes, portanto, aparecem nas respostas para complementação das informações coletadas nos jornais: utilização de documentos oficiais, registros em cartórios, fotografias, mapas etc.

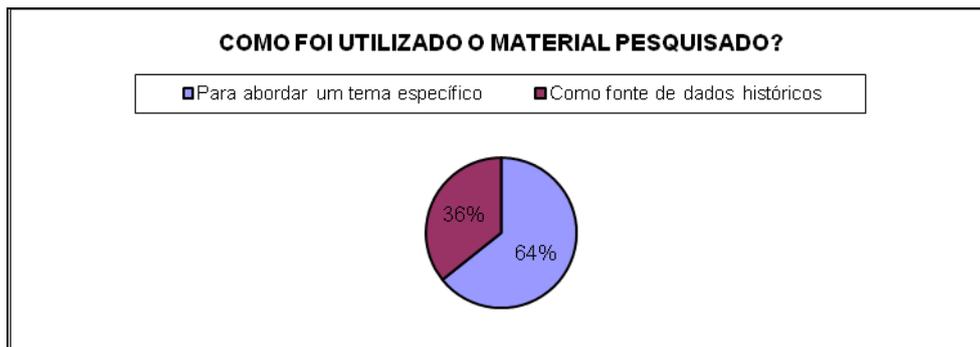


Ilustração 1 – Pesquisadores preferem cruzar as informações do jornal com outras fontes

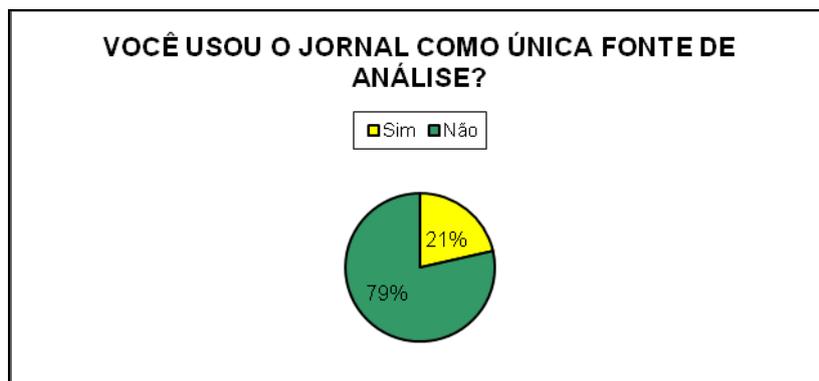


Ilustração 2 – A análise nos jornais sobre um tema específico é a mais comum



Conclusões preliminares

Os jornais e o jornalismo têm sido utilizados de forma crescente como fontes de pesquisa. Os meios de comunicação são atualmente o lócus principal onde se realiza o trabalho das representações sociais e a História e os historiadores alargaram seu campo de preocupação e renovação temática no final do século XX, passando a considerá-los como uma fonte valiosa de pesquisa.

Em sua análise sobre fontes impressas, Tania Regina de Luca (2006, p.118) dá algumas sugestões de como historiadores podem pesquisar em jornais impressos, que são plenamente estendidas aos pesquisadores do campo interdisciplinar da Comunicação e das Ciência da Informação.

Antes de esboçar as sugestões, a autora alerta para o fato de que a variedade da fonte imprensa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa serem amplas e variadas. Por isso, não seria viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que dêem conta de tantas possibilidades. Assim, ela destaca alguns pontos para quem quer começar a pesquisar com esse tipo de material empírico.

O primeiro passo é localizar as fontes e averiguar as condições oferecidas para consulta, ou seja, acesso aos exemplares a serem pesquisados. Há acervos de periódicos espalhados por todo o país, em universidades, museus, institutos históricos, centros de documentação, instituições de pesquisa, bibliotecas e arquivos públicos ou privados, além das próprias empresas jornalísticas. A Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) organizou em 1994 seu catálogo de periódicos brasileiros microfilmados. É freqüente o pesquisador ter de buscar em mais de um local o seu material empírico.

Para desenvolver a pesquisa “O jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX”⁸, por exemplo, foi necessário recorrer a vários acervos, nem sempre com material conservado de forma correta. O levantamento das edições dos dois periódicos analisados (*Folha de S.Paulo* e *O Globo*) foi realizado nas bibliotecas Pública do Rio (BPERJ) e Nacional (BN) e no arquivo de *O Globo*. A BN permite o acesso aos fac-símiles digitalizados dos jornais, o que proporciona uma maior qualidade de reprodução. Na BPERJ o pesquisador tem acesso aos originais, mas em condições precárias de arquivamento.

Ao abordar os campos de História e Jornalismo, Richard Romancini (2007, p.23-47) recomenda que o pesquisador do campo científico da Comunicação/jornalismo que

⁸ Tese da autora deste artigo apresentada ao Doutorado em Comunicação da UFRJ em fevereiro de 2009.



pretende utilizar reconstruções históricas ou trabalhar fundamentalmente nessa dimensão em seus trabalhos tem a obrigação de: expor com máxima clareza suas fontes (de modo a permitir, se possível, que outros as consultem), os supostos que orientaram a coleta de seus dados, a problemática conceitual construída para o estudo e que orientou a análise. Tais elementos são requisitos para que outros pesquisadores possam julgar as explicações e conclusões ao que o trabalho possa ter chegado.

Outro ponto a destacar é que a internet tem se tornado importante aliado para os pesquisadores em busca dos periódicos digitalizados. Os sites dos jornais são fontes referenciais para a pesquisa sobre a História deles, ao mesmo tempo em que funcionam como acervos com notícias recentes.

O anúncio da Google, feito em 2008, de que quer tornar os jornais antigos disponíveis de forma on-line através de parcerias com as editoras responsáveis pelas publicações, para digitalizar milhões de páginas de arquivos de notícias, é bastante bem vinda. Projetos regionais, como o “Imprensa Capixaba”, do Arquivo Público do Espírito Santo, também iniciado em 2008, de disponibilizar jornais do Estado digitalizados no site em formato PDF, também são bastante interessantes para tornar mais acessíveis para pesquisadores, em busca dos vestígios do passado ou de temáticas do presente, esses lugares de memória.

Referências bibliográficas:

ARQUIVO NACIONAL. **Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Presidência da República/Arquivo Nacional, 2004.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio – Imprensa, poder e público (1880-1920)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, 257p.

_____. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 263p.

_____. **O que a História pode legar aos estudos de jornalismo**. In: *Contracampo*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF, Niterói 1º sem. 2005, n. 12, pp. 51-63.

_____. *Jornalismo e a construção de uma memória para sua História*.

In: BRAGANÇA, Aníbal & MOREIRA, Sônia Virgínia (org). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005a, p.102-111.

GILLIS, John R. (editor) **Commemorations - The politics of National Identity**. 2ª Edição, Princeton University Press, 1996, p.3-57.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, 189p.

HELLER, Agnes (1993). *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p.203-225.



- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. Editoria Contexto, 2006, p. 111-153.
- NORA, Pierre (org.). *Entre Memória e História – a problemática dos lugares de memória*. Tradução de *Between memory and History: Les Lieux de Mémoire*. In: **Representations**. Califórnia, n.26, 1989.
- POLLAK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.2, nº 3, 1989, p.3-15.
- _____. *Memória e identidade social*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.5, nº 10, 1992, p.200-215.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A mídia e o lugar da História*. In: HERSCHMANN, Carlos & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **Mídia, memória e celebridades – estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2003, p.87-111.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart & BRASILIENSE, Danielle Ramos. *Memória e narrativa jornalística*. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e Memória – a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.219-235.
- REUTERS. *Google vai digitalizar jornais históricos na internet*. In: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL752419-6174,00.html>. Acesso em 2 de julho de 2010.
- RICOUER, Paul. *O passado tinha um futuro*. In: Morin, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ROMANCINI, Richard. *História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.23-47.
- SANTOS, Regma Maria dos. **O jornal como lugar de memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo**. In: OPSIS - Revista do Niesc, v.2, n.2, julho/dezembro de 2002. Artigo disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewArticle/9386. Acesso em 14 de junho de 2010.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.